



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

**ATA DA 225ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

1 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às quatorze horas, na Sala de
2 Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve início
3 a Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do CSMPDFT, Leonardo
4 Roscoe Bessa. Estiveram presentes os Conselheiros, Procuradores de Justiça, José Firmo Reis
5 Soub, Carlos Gomes, Antonio Ezequiel de Araújo Neto, Maria Anaides do Vale Siqueira Soub,
6 Conceição de Maria Pacheco Brito, Ana Luisa Rivera, Diaulas Costa Ribeiro e André Vinícius
7 Espírito Santo de Almeida, e o Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles, representante da
8 Corregedoria-Geral do MPDFT. Ausente justificadamente a Conselheira Selma Leite do
9 Nascimento Sauerbronn de Souza – Vice-Procuradora-Geral de Justiça. Havendo quórum, o
10 Presidente instalou a sessão. **I – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DAS SESSÕES**
11 **ANTERIORES:** Os Conselheiros, à unanimidade, aprovaram a Ata da 223ª Sessão Ordinária e da
12 224ª Sessão Ordinária, realizadas dia 10 de dezembro de 2014 e 19 de janeiro de 2015,
13 respectivamente. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA: A.** Requerimento, de 12 de janeiro
14 de 2015, em que o Promotor de Justiça Alexandre Sales de Paula e Souza solicita seu
15 desligamento da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão Cível, em obediência ao art. 134, I e VI, do
16 CPC, e ao art. 18, I, e art. 19, ambos da Lei 9.784/1999. Comunicação adiada para a próxima
17 sessão. **B.** Memorando nº 041/GCG/2015, de 12 de fevereiro de 2015, em que o Corregedor-Geral
18 do MPDFT, Procurador de Justiça Carlos Eduardo Magalhães de Almeida, encaminha cópia da
19 decisão proferida nos autos do Processo nº 08190.019117/15-39, bem como da Recomendação nº
20 01/2015, de 12 de fevereiro de 2015, da Corregedoria-Geral, que dispõe sobre a subscrição de
21 peças e outros atos pelo Ministério Público em conjunto com terceiros, revogando a
22 Recomendação nº 02/2014, de 16 de dezembro de 2014. O Presidente elogiou a atuação do
23 Corregedor-Geral. O Conselheiro Diaulas registrou seu entendimento de que o Ministério Público
24 não deve subscrever peças e atos em litisconsórcio com entes que não são legitimados a postular
25 em juízo, em especial os membros do Ministério Público que atuam perante o Tribunal de Contas.
26 **C.** Memorando nº 068/GCG/2015, de 27 de fevereiro de 2015, em que a Promotora de Justiça
27 Isabel Maria de Figueiredo Falcão Durães, Presidente da Comissão de Processo Administrativo
28 Disciplinar, solicita prorrogação, por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 19.03.2015, do prazo
29 para a conclusão do PAD nº 08190.033768/13-15 (Interessada: Promotora de Justiça Elizabeth
30 Helena de Faria Campos), instaurado pela Decisão CSMPDFT nº 165, de 25 de agosto de 2014,
31 tendo em vista que a Comissão aguarda resposta aos quesitos encaminhados ao Departamento de
32 Atendimento à Saúde, submetendo a acusada à perícia médica, em cumprimento à decisão do Eg.
33 Conselho Superior. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a prorrogação do referido
34 PAD; **D.** Elaboração da lista tríplice para a nomeação, pelo Procurador-Geral de Justiça, do
35 Ouvidor do MPDFT, conforme dispõe a Portaria Normativa nº 139, de 19 de novembro de 2010.
36 Candidataram-se os Promotores de Justiça Paulo Roberto Binicheski e Rose Meire Cyrillo. A
37 Conselheira-Secretária Ana Luisa Rivera, escrutinadora, realizou a contagem dos votos. Em
38 seguida, foi proclamado o resultado, tendo a candidata Rose Meire Cyrillo recebido 6 (seis) votos
39 e o candidato Paulo Roberto Binicheski recebido 4 (quatro) votos. A lista foi, então, formada pelos
40 Promotores de Justiça Rose Meire Cyrillo e Paulo Roberto Binicheski. O Procurador-Geral de
41 Justiça comunicou a escolha da Promotora de Justiça Rose Meire Cyrillo como Ouvidora do
42 MPDFT, e do Promotor de Justiça Paulo Roberto Binicheski como suplente. **E.** Aprovação do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

43 Edital de Convocação do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, para que os membros
44 da carreira do MPDFT se reúnam no dia 24 de abril de 2015, das 8 às 12 horas, no Auditório
45 Promotor de Justiça Andreilino Bento Santos Filho, localizado no térreo do Edifício Sede do
46 MPDFT, a fim de participarem do III Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de
47 Justiça – *Lei de Ofícios*, com a finalidade de opinarem sobre assuntos gerais de interesse da
48 Instituição. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou o Edital de Convocação. O
49 Procurador-Geral de Justiça convidou para a realização de uma reunião preparatória sobre o
50 mesmo assunto, que ocorrerá no dia 6 de março de 2015, no mesmo horário e local. **3.**
51 **COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO –**
52 **PDDC.** Não houve comunicações. **4. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL:** O
53 Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles, designado representante da Corregedoria-Geral para a
54 presente Sessão Ordinária do Conselho Superior (conforme Portaria PGJ nº 98/2015), fez uso da
55 palavra e informou que, de acordo com a Resolução nº 74/CNMP, forneceu os dados referentes à
56 atuação do MPDFT, respeitando o prazo estipulado, bem como registrou a utilização satisfatória
57 dos mecanismos de autocomposição nos procedimentos disciplinares instaurados perante a
58 Corregedoria. **A.** Memorando nº 016/GCG/2015, de 22 de janeiro de 2015, em que o Corregedor-
59 Geral do MPDFT, Procurador de Justiça Carlos Eduardo Magalhães de Almeida, comunica que se
60 encontra em fase de elaboração o Anuário Estatístico das Atividades do Ministério Público, e que
61 será apresentado ao Conselho Superior tão logo seja concluído. O servidor Hernan de Lima Cunha,
62 Chefe da Divisão de Estatística e Consolidação de Informações da Corregedoria-Geral, apresentou
63 uma prévia do anuário; **B.** Memorando nº 033/GCG/2015, de 9 de fevereiro de 2015, em que a
64 Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT, Promotora de Justiça Alessandra Campos
65 Morato, encaminha cópia da decisão que determinou o arquivamento do Expediente nº
66 08190.019119/15-64. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, homologou o arquivamento do
67 referido expediente; **C.** Memorando nº 052/GCG/2015, de 23 de fevereiro de 2015, em que a
68 Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT, Promotora de Justiça Alessandra Campos
69 Morato, encaminha cópia da decisão que determinou o arquivamento do Expediente nº
70 08190.019125/15-67. O eg. Conselho Superior, à unanimidade, homologou o arquivamento do
71 referido expediente. **5. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA:** **A.** Memorando nº 09/2015-SIC,
72 de 5 de fevereiro de 2015, em que a Ouvidora do MPDFT em exercício, Promotora de Justiça
73 Rose Meire Cyrillo, encaminha o Relatório dos Pedidos de Informação, segundo a Lei
74 12.527/2011, relativo ao mês de janeiro de 2015; **B.** Memorando nº 274/2015-Ouvidoria, de 5 de
75 fevereiro de 2015, em que a Ouvidora do MPDFT em exercício, Promotora de Justiça Rose Meire
76 Cyrillo, encaminha o Relatório da Ouvidoria, relativo ao mês de janeiro de 2015. A Promotora de
77 Justiça Rose Meire Cyrillo fez uso da palavra para agradecer aos membros do Conselho Superior a
78 nomeação ao cargo de Ouvidora, e prestou esclarecimentos referentes aos relatórios de atividades.
79 O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou os relatórios apresentados. **II – ORDEM DO**
80 **DIA. 1.** O Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº**
81 **08190.015621/14-14.** Interessado: Promotor de Justiça Jefferson Lima Lopes. Assunto: *Apuração*
82 *acerca de conduta de membro do MPDFT.* Relator: Conselheiro ANTONIO EZEQUIEL DE
83 ARAUJO NETO. Discussão: Leitura de relatório e voto pelo Conselheiro-Relator. **Decisão:** O eg.
84 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o em. Conselheiro-Relator pela homologação do
85 arquivamento do Pedido de Explicações promovido pela Corregedoria-Geral, nos termo do voto.
86 O Conselheiro José Firmo Reis Soub declarou-se impedido. **2. Processo nº 08190.015551/14-22.**
87 Interessado: Promotor de Justiça Adjunto Igor Magalhães Gaioso. Assunto: *Acompanhamento de*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

88 *Estágio Probatório*. Relator: Conselheiro CARLOS GOMES. Discussão: Leitura de relatório e
89 voto pelo Conselheiro-Relator. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o
90 em. Conselheiro-Relator pela confirmação no cargo do Promotor de Justiça Adjunto Igor
91 Magalhães Gaioso, nos termos do voto. **3. Processo nº 08190.033725/13-11.** Interessada:
92 Promotora de Justiça Déborah Giovannetti Macedo Guerner. Assunto: *Apuração acerca de*
93 *conduta de membro do MPDFT*. Relatora: Conselheira MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA
94 SOUB. Discussão: Dispensada a leitura do relatório, a Conselheira-Relatora passou ao voto.
95 **Decisão:** O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto suscitou questão preliminar de
96 conversão do feito em diligência, para que fosse realizado novo exame de sanidade mental. O eg.
97 Conselho Superior, à unanimidade, rejeitou a preliminar. Os Conselheiros Conceição de Maria
98 Pacheco Brito, Ana Luisa Rivera e André Vinícius Espírito Santo de Almeida acompanharam a
99 Relatora e votaram pela desclassificação da conduta imputada na Súmula de Acusação e aplicação
100 da pena de suspensão por 45 (quarenta e cinco) dias, por entender que não se trata da conduta
101 prevista no art. 240, V, alínea d, da Lei Complementar nº 75/1993, mas por se tratar de
102 descumprimento do dever de guardar decoro pessoal, estabelecido no art. 236, X, da Lei
103 Complementar nº 75/93. O Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro apresentou voto divergente escrito
104 pela rejeição da Súmula de Acusação e absolvição da Promotora de Justiça Deborah Giovannetti
105 Macedo Guerner, ao entendimento de que a conduta imputada à Acusada é atípica. Em
106 complemento à tese, o Conselheiro também a absolveu por compreender que os membros
107 demitidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público não permanecem vinculados às
108 disposições da Lei Complementar nº 75/93. O Conselheiro Carlos Gomes acompanhou o voto do
109 Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro, pela absolvição da Acusada por atipicidade da conduta. O
110 Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto votou pela absolvição da Acusada, por insuficiência
111 de prova. O Presidente do Conselho Superior, Leonardo Roscoe Bessa, votou pela absolvição da
112 Promotora de Justiça Deborah Guerner considerando os argumentos apresentados pelo
113 Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro. Em virtude do empate entre a aplicação da pena de suspensão
114 e a absolvição, a Acusada foi absolvida, em conformidade com o art. 3º, §2º, da Resolução nº
115 170/2014. O Conselheiro José Firmo Reis Soub declarou-se impedido. **4. Processo nº**
116 **08190.015620/14-43.** Interessados: Promotor de Justiça Marcos Antônio Julião e Liz-Elainne de
117 Silvério e Oliveira Mendes. Assunto: *Apuração acerca de conduta de membro do MPDFT*.
118 Relatora: Conselheira CONCEIÇÃO DE MARIA PACHECO BRITO. Discussão: Breve
119 explanação pela Conselheira-Relatora. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
120 acompanhou a em. Conselheira-Relatora pela homologação do arquivamento do Pedido de
121 Explicações promovido pela Corregedoria-Geral, nos termo do voto. A Conselheira Maria Anaides
122 do Vale Siqueira Soub declarou-se impedida. **5. Processo nº 08190.015622/14-79.** Interessado:
123 Promotor de Justiça Pedro Xavier Coelho Sobrinho. Assunto: *Apuração acerca de conduta de*
124 *membro do MPDFT*. Relator: Conselheiro DIAULAS COSTA RIBEIRO. Discussão: Breve
125 explanação pelo Conselheiro-Relator. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
126 acompanhou o em. Conselheiro-Relator pela homologação do arquivamento do Pedido de
127 Explicações promovido pela Corregedoria-Geral, nos termo do voto. A Conselheira Maria Anaides
128 do Vale Siqueira Soub declarou-se impedida. **6. Processo nº 08190.059567/13-39.** Interessado:
129 Conselho Superior do MPDFT. Assunto: *Revisão do regulamento de utilização da rede de*
130 *informática do MPDFT (Portaria PGJ nº 422, de 23 de abril de 2007)*. Relator: Conselheiro JOSE
131 FIRMO REIS SOUB. Discussão: Breve explanação pelo Conselheiro-Relator. **Decisão:** O eg.
132 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o em. Conselheiro-Relator pela alteração do



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

133 Provimento CSMPDFT nº 16/2005, convertendo o referido ato em Resolução, conforme a Decisão
134 CSMPDFT nº 168/2014. **7. Processo nº 08190.138170/12-11.** Interessados: Procuradoria, Geral de
135 Justiça, Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim; Procuradoria de Justiça do Gama.
136 Assunto: *Estudo de viabilidade de manutenção/transformação da 1ª PJ do Gama (desmembrada a*
137 *proposta de criação de PJ do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar*
138 *contra a Mulher da Circunscrição Judiciária do Gama – feito nº 08190.026034/13-61).* Relator:
139 Conselheiro CARLOS GOMES. Discussão: Leitura de relatório e voto pelo Conselheiro-Relator.
140 **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, dispensou o prazo de emendas previsto no art.
141 17, *caput*, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. O eg. Conselho Superior, à unanimidade,
142 acompanhou o em. Conselheiro-Relator pela transformação das quatro Promotorias de Justiça
143 Cíveis da Circunscrição do Gama em Promotorias de Justiça Cíveis, Família, Órfãos e Sucessões,
144 nos termos do voto. **8. Processo nº 08190.063681/14-07.** Interessado: Procuradoria-Geral de
145 Justiça. Assunto: *Sugestão de modificação na Resolução CSMPDFT nº 109/2011, que dispõe*
146 *sobre as normas de ingresso na carreira do Ministério Público mediante concurso público.*
147 Relatora: Conselheira MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA SOUB. Discussão: Breve
148 explanação pela Conselheira-Relatora. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, à unanimidade, aprovou
149 o requerimento da Conselheira-Relatora para que seja criada comissão de estudos com a finalidade
150 de estudar as várias propostas de alteração da Resolução CSMPDFT nº 109/2011, que trata das
151 normas do concurso público para ingresso na carreira do MPDFT. Referida comissão será
152 composta pelos Promotores de Justiça Rodolfo Cunha Salles, Rose Meire Cyrillo e Thaís Freire da
153 Costa Flores. **9. Processo nº 08190.018171/12-04.** Interessados: Assessoria de Políticas
154 Institucionais e Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT. Assunto:
155 *Proposta de criação do Núcleo de Direitos Humanos no segundo grau.* Relatora: Conselheira
156 CONCEIÇÃO DE MARIA PACHECO BRITO. Discussão: O Presidente do Conselho Superior se
157 ausentou temporariamente, assumindo a presidência o Vice-Presidente do Conselho Superior, José
158 Firmo Reis Soub. Leitura de relatório e voto pela Conselheira-Relatora. **Decisão:** O eg. Conselho
159 Superior, à unanimidade, acompanhou a em. Conselheira-Relatora pela não criação de uma
160 Procuradoria de Justiça de Direitos Humanos ou de um Núcleo de Direitos Humanos em Segundo
161 Grau, ressalvado qualquer outro estudo posterior sobre a matéria, nos termos do voto. **10.** O Vice-
162 Presidente do Conselho Superior inverteu a pauta e chamou a julgamento o **Processo nº**
163 **08190.013517/15-02.** Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Diretoria Geral do MPDFT.
164 Assunto: *Promoção de membro, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça da carreira*
165 *do MPDFT.* Relator: Conselheiro CARLOS GOMES. Discussão: Dispensada a leitura do
166 relatório, o Conselheiro-Relator passou ao voto. Durante a leitura do voto, o Presidente do
167 Conselho Superior, Leonardo Roscoe Bessa, reassumiu a presidência. **Decisão:** O eg. Conselho
168 Superior, à unanimidade, aprovou a lista tríplice indicada pelo em. Conselheiro-Relator para
169 promoção, por merecimento, ao cargo de Procurador de Justiça da carreira do MPDFT, em vaga
170 decorrente da aposentadoria voluntária da Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins. Referida
171 lista será composta pelos Promotores de Justiça: Moisés Antônio de Freitas, Katie de Sousa Lima
172 Coelho e Mauro Faria de Lima. **11. Processo nº 08190.013521/15-71.** Interessada: Procuradoria-
173 Geral de Justiça. Assunto: *Regulamentação dos critérios de nomeação e substituição dos membros*
174 *das Câmaras de Coordenação e Revisão do MDPFT.* Relator: Conselheiro ANDRE VINICIUS
175 ESPIRITO SANTO DE ALMEIDA. Discussão: Dispensada a leitura do relatório, o Conselheiro-
176 Relator passou ao voto. **Decisão:** O eg. Conselho Superior, por maioria, acompanhou o em.
177 Conselheiro-Relator pela alteração da Resolução CSMPDFT nº 86/2008, nos termos do voto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

178 Vencido o Conselheiro José Firmo Reis Soub, que votou pela rejeição integral da proposta, e
179 vencidos os Conselheiros Carlos Gomes e Maria Anaides do Vale Siqueira Soub, que acolheram
180 em parte o voto do Relator, excluindo-se o parágrafo único do art. 2º-A da proposta de Resolução.
181 **12.** Neste momento, o Conselheiro Diaulas Costa Ribeiro se ausentou. O Presidente seguiu a pauta
182 e chamou a julgamento o **Processo nº 08190.013527/15-58**. Interessado: Procurador de Justiça
183 aposentado do MPRJ Francisco Antonio Souto e Faria. Assunto: *Pedido de suporte para o 6º*
184 *Congresso Virtual do Ministério Público*. Relator: Conselheiro ANTONIO EZEQUIEL DE
185 ARAUJO NETO. Discussão: Leitura de relatório e voto pelo Conselheiro-Relator. **Decisão:** O eg.
186 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o em. Conselheiro-Relator pelo não acolhimento
187 do pleito, com sugestão de que o Interessado se dirija à AMPDFT para o exame de conveniência e
188 oportunidade do pedido, nos termos do voto. **13. Processo nº 08190.010225/12-30.** Interessados:
189 Assessoria de Políticas Institucionais, Coordenador de Ensino do MPDFT junto à ESMPU;
190 Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Acompanhamento da tramitação do trabalho de*
191 *coordenação do Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos Promotores de Justiça Adjuntos – 29º*
192 *Concurso para Ingresso na Carreira do MPDFT*. Relatora: Conselheira CONCEIÇÃO DE
193 MARIA PACHECO BRITO. Discussão: Leitura de voto pela Conselheira-Relatora. **Decisão:** O eg.
194 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou a em. Conselheira-Relatora pela homologação do
195 arquivamento do Procedimento Administrativo, nos termos do voto. **14. Processo nº**
196 **08190.063747/14-13.** Interessados: Conselheira Ana Luisa Rivera e Senhor Douglas Fabiano de
197 Melo. Assunto: *Proposta de modificação do art. 9º da Resol. CSMPDFT nº 170/2014*. Relator:
198 Conselheiro ANDRE VINICIUS ESPIRITO SANTO DE ALMEIDA. **Decisão:** Processo retirado
199 de pauta, a ser incluído na pauta da sessão seguinte. **15. Processo nº 08190.020242/10-13.**
200 Interessada: Procuradora de Justiça Tania Maria Nava Marchewka. Assunto: *Requerimento*
201 *formulado pela Procuradora de Justiça Tania Maria Nava Marchewka, no qual solicita*
202 *autorização para afastamento para participar das aulas presenciais do Programa de Pós-*
203 *Graduação Stricto Sensu em Medicina Interna e Terapêutica da Escola de Medicina da*
204 *UNIFESP*. Relator: Conselheiro JOSE FIRMO REIS SOUB. **Decisão:** Processo retirado de pauta,
205 a ser incluído na pauta da sessão seguinte. **16. Processo nº 08190.063684/14-97.** Interessada:
206 Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Resultados do II Encontro do Colégio de Procuradores e*
207 *Promotores de Justiça – Repensando o Ministério Público como Agente Transformador (Projeto*
208 *Repensar)*. Relator: Conselheiro DIAULAS COSTA RIBEIRO. **Decisão:** Processo retirado de
209 pauta, a ser incluído na pauta da sessão seguinte. **III – MANIFESTAÇÃO DOS**
210 **CONSELHEIROS.** Definiu-se o dia doze de março de dois mil e quinze, quinta-feira, às quatorze
211 horas, como a data da próxima sessão ordinária. Os processos remanescentes da pauta da presente
212 sessão que não foram julgados ficaram automaticamente incluídos na ordem do dia da sessão
213 seguinte, com prioridade na ordem de julgamento. A sessão foi encerrada às dezenove horas. Para
214 constar, eu, Ana Luisa Rivera, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, a qual vai
215 assinada por mim e pelos membros do Conselho Superior presentes.

Original Assinado
LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

Original Assinado
JOSÉ FIRMO REIS SOUB
Vice-Presidente do CSMPDFT
Procurador de Justiça

Original Assinado
CARLOS GOMES
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
MARIA ANAIDES DO VALE SIQUEIRA SOUB
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original Assinado
CONCEIÇÃO DE MARIA PACHECO BRITO
Conselheira
Procuradora de Justiça

Original Assinado
ANA LUISA RIVERA
Secretária do CSMPDFT
Procuradora de Justiça

Ausente justificadamente
SELMA LEITE SAUERBRONN DE SOUZA
Vice-Procuradora Geral de Justiça
Procuradora de Justiça

Original Assinado
DIAULAS COSTA RIBEIRO
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA
Conselheiro
Procurador de Justiça

Original Assinado
RODOLFO CUNHA SALLES
Representante da Corregedoria-Geral do MPDFT
Promotor de Justiça